

BRASIL

Mulher - Violência

RETRATOS SOCIAIS

Estudo da Anistia Internacional revela as duras — e muitas vezes pouco visíveis — consequências do convívio cotidiano das mulheres com a violência nas favelas brasileiras. Direitos básicos são desrespeitados

A rotina feminina de medo e dor

RENATA MARIZ

DA EQUIPE DO CORREIO

Ricardo Moraes/AP - 11/5/07



EMBORA HOMENS SEJAM AS MAIORES VÍTIMAS DE ASSASSINATO, MULHERES SOFREM COM AS CONSEQUÊNCIAS DE UM COTIDIANO DE VIOLÊNCIA E DESRESPEITO

A violência que tortura e mata os homens moradores das favelas brasileiras também traz, para as mulheres, consequências devastadoras. Estar longe do front da guerra entre traficantes e policiais não é garantia de segurança. O simples endereço delas significa, em muitas comunidades, submissão a códigos de honra impostos por criminosos, restrição a serviços de saúde oferecidos em áreas consideradas inimigas, violência policial, pagamento de dívidas com favores sexuais e a inevitável morte de parentes. Essas e outras violações de direitos estão descritas em um relatório da Anistia Internacional que será divulgado hoje.

Intitulado Por trás do silêncio: experiências de mulheres com a violência urbana no Brasil, o estudo conta histórias de mulheres forçadas a viver e lutar por seus direitos nas favelas brasileiras de seis estados. Foram colhidos relatos na Bahia, Sergipe, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, entre 2006 e 2007. “Mostramos, nesse trabalho, os diferentes impactos que a violência causa na vida das mulheres, embora os homens ainda sejam os que mais morrem”, diz Tim Cahill, pesquisador sobre temas relacionados ao Brasil na Anistia Internacional, um movimento independente em defesa dos direitos humanos sediado na Inglaterra.

Embora cerca de 90% das vítimas dos 35 mil homicídios registrados por ano no Brasil sejam homens, a mulher não escapa ileso. “Elas estão implicadas, até porque são esposas, filhas e irmãs daqueles que morreram”, afirma Sílvia Ramos, coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. O relatório mostra que a instabilidade financeira associada à necessidade de passar a

maior parte do dia perto da casa para proteger os filhos leva muitas mulheres a ingressarem na atividade criminosa. “A falta da presença do Estado é gritante. Elas não têm creche para deixar as crianças”, ressalta Cahill.

Mesmo quando o Estado oferece o serviço, outro problema surge. Dependendo da localização, a mulher simplesmente não pode usá-lo. Em algumas comunidades do Rio de Janeiro, segundo o relatório, gestantes são

impedidas de fazer o pré-natal porque o centro de saúde fica na área vizinha, controlada por uma facção rival. Em São Paulo, no Jardim Ângela, situação semelhante ocorre. Ambulâncias são impedidas de entrar em determinados locais, mesmo quando há mulheres em trabalho de parto.

Testes forçados

A lei paralela não poupa ninguém. Regras de convivência determinadas nas favelas têm

ultrapassado a simples permissão para entrar e sair ou a contribuição forçada para financiar milícias. No Rio, algumas facções criminosas estão obrigando as mulheres a fazerem teste de HIV. Se positivo, elas são expulsas da comunidade ou têm de raspar a cabeça. De acordo com os relatos feitos à Anistia Internacional, os agentes de saúde nessas áreas estão receosos em fornecer os resultados, por saberem que a mulher soropositiva corre riscos. Por

outro lado, teriam medo de denunciar a expulsão forçada delas à polícia.

Outra mazela sofrida pela mulheres, a violência policial se destaca fora do eixo Rio-São Paulo. Um caso citado pela Anistia diz respeito a uma grávida espancada por agentes em Salvador. Elas também são alvos fáceis de vinganças. O documento relata a morte de três mulheres em Recife, devido a dívidas que o marido de uma delas tinha.